



90

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**HABEAS CORPUS Nº 0009642-61.2014.8.17.0000 (0349874-4)**

**IMPETRANTE:** Silvio Antônio Monteiro Junior (OAB/PE nº 33.646)

**PACIENTE:** Anselmo Pimentel da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMÍCIDIO QUALIFICADO E ABORTO PROVOCADO SEM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. FEITO QUE TRAMITA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. O excesso de prazo deve ser analisado sob o crivo da razoabilidade, porquanto não é a simples ultrapassagem dos prazos que caracteriza o constrangimento ilegal. Na hipótese, considerando que a ação penal não está estagnada e que tramita de forma regular, estando, inclusive, com audiência de instrução e julgamento designada para data próxima, não há que se falar em desídia ou mesmo morosidade da magistrada processante;

2. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0009642-61.2014.8.17.0000 (0349874-4), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_/\_\_/\_\_, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 24 de Setembro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**HABEAS CORPUS Nº 0009642-61.2014.8.17.0000 (0349874-4)**

**IMPETRANTE:** Silvio Antônio Monteiro Junior (OAB/PE nº 33.646)

**PACIENTE:** Anselmo Pimentel da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, interposto pelo advogado Silvio Antônio Monteiro Junior, em favor de **Anselmo Pimentel da Silva**, no qual se aponta como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns/PE, juízo perante o qual o paciente responde à ação penal tombada sob o NPU 0002956-78.2011.8.17.0640.

Segundo a inicial (fls. 02/18), o paciente foi preso preventivamente há pouco mais de 03 (três) anos, em razão da suposta prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e IV (homicídio qualificado pelo motivo torpe e pela utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima), c/c os arts. 125 (aborto provocado por terceiro) e 29 (concurso de pessoas), todos do Código Penal.

O impetrante alega que há constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o referido paciente encontra-se preso há 03 (três) anos e cinco meses e, até o presente momento, houve apenas uma audiência, onde não foram ouvidas todas as testemunhas.

Acrescenta que a mora no andamento do feito não decorreu de qualquer ato que possa ser imputado ao paciente ou à sua defesa. Conclui afirmando que o excesso de prazo na formação da culpa é motivo para o relaxamento da prisão do aludido paciente.

Com esses argumentos, requereu a concessão da ordem, com pedido de provimento liminar, para fazer cessar o alegado constrangimento ilegal por ofensa aos prazos processuais, expedindo-se, imediatamente, o alvará de soltura.



92

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 36/54.

Através da decisão interlocutória de fls. 61/62, o pedido de concessão de liminar foi indeferido. Nesta mesma oportunidade, foi determinada a expedição de ofício endereçado à autoridade apontada como coatora, para que a mesma remetesse informações acerca das alegações apresentadas no presente *mandamus*.

Tais informações foram apresentadas no ofício de fls. 70/73, o qual veio acompanhado dos documentos de fls. 74/81.

Após, os autos foram remetidos ao Ministério Público, ocasião em que a douta Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça de Galvão Carvalho, por meio do parecer de fls. 84/86, opinou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Este *writ* foi impetrado com o objetivo de sanar suposto constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do paciente em face do alegado excesso de prazo na conclusão da instrução do processo nº 0002956-78.2011.8.17.0640, no qual ele consta como réu.

Para um melhor entendimento do caso que ora se apresenta, faz-se necessário ressaltar o conteúdo da inicial oferecida pelo membro ministerial, assim como das informações trazidas a estes autos pela autoridade apontada como coatora.

Extraí-se da inicial apresentada pelo Parquet (fls. 74/77) que, “no dia 21.05.2011, por volta das 23h00, na Rua Diário de Pernambuco, defronte ao número 644 – Indiano, nesta cidade, os denunciados acima qualificados, em comunhão de vontades, mataram Maria Cícera de Góes da Silva, que se encontrava grávida, provocando ainda aborto sem o consentimento da vítima gestante”.



93

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Segundo a denúncia, *“no dia e hora do fato a vítima se dirigiu até uma quadrilha junina nas imediações do número 644, da Rua Diário de Pernambuco, bairro Indiano, nesta cidade, quando o imputado CLÉBIO a acompanhava discretamente. Em dado momento, o imputado ANSELMO fez contato com aquele confirmando se a vítima já estava a caminho daquele local, onde ANSELMO já a esperava portando uma arma branca. Quando a vítima se aproximou do local, o imputado ANSELMO foi ao seu encontro e passou a discutir com a vítima, que se encontrava grávida de 05 (cinco) meses. Em dado instante, o denunciado CLÉBIO segurou a vítima e o denunciado ANSELMO a golpeou com a arma branca por diversas vezes atingindo-a na região cervical posterior e direita, hemiface direita, região peitoral e dorsal direita, mão direita e virilha esquerda, na cabeça, no pescoço, o que ocasionou sua morte por choque hemorrágico, bem como aborto na vítima gestante em decorrência dos ferimentos acima descritos, conforme perícia e ilustração fotográfica de fls. 61”*.

Depreende-se dos autos que o motivo do delito foi uma suposta delação realizada pela vítima, envolvendo tráfico de drogas pela companheira do denunciado CLEBIO, denúncia que acabou culminando na prisão daquela.

Assim, foi oferecida Denúncia em desfavor do paciente e do seu comparsa, apontando-os como autores dos delitos previstos nos artigos 121, §2º, incisos I e IV, e 125 c/c artigo 69, todos do Código Penal.

Por outro lado, no ofício de fls. 70/73, através do qual foram prestadas as informações da autoridade impetrada, consta que a prisão preventiva do paciente foi decretada em 22.06.2011, sendo o processo efetivamente iniciado com o recebimento da denúncia em 02.08.2011.

Consta também que a primeira audiência de instrução e julgamento foi realizada já em 09.04.2012, onde foram ouvidas nada menos que 15 (quinze) testemunhas, tendo o Ministério Público insistido na oitiva de testemunha que, depois de muito esforço, foi localizada na Colônia Penal Feminina da cidade de Buíque/PE, onde foi ouvida através de carta precatória. Relata ainda que, além dessa precatória, outra foi expedida, desta feita à Comarca de Pesqueira, no intuito de intimar o paciente a constituir novo advogado, já que o causídico anterior havia renunciado ao patrocínio de sua defesa.



92

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Informou ainda a autoridade impetrada que a audiência de instrução, em continuação, encontra-se agendada para 01.10.2014, devendo nesta serem interrogados os denunciados e, por fim, deixou expressas as razões pelas quais a prisão preventiva do paciente deve ser mantida.

Pois bem.

Analisando as informações contidas nos autos, verificamos que não procede a alegação de excesso de prazo na conclusão do feito.

Isso porque, é de amplo conhecimento no meio jurídico que, a questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto.

Na hipótese dos autos, o que se infere é que eventual retardo na instrução criminal ocorreu em razão de fatores que, por si sós, provocam certa demora na condução do processo, como a complexidade do feito (tendo em conta o extenso número de testemunhas a serem ouvidas), a necessidade de expedição de cartas precatórias, sendo uma delas de difícil cumprimento em razão das constantes mudanças de endereço da testemunha, a necessidade de realização de várias audiências para melhor elucidação do caso concreto, assim como os diversos pleitos sobre os quais teve que se pronunciar o juiz singular.

Em caso semelhante, o Superior Tribunal de Justiça, utilizando-se das mesmas razões de decidir, rechaçou a alegação de excesso de prazo dizendo o seguinte:

(...) II - O excesso de prazo pela demora na conclusão da instrução criminal somente restará caracterizado quando decorrente de providências solicitadas exclusivamente pela Acusação ou por desídia estatal, revelando-se justificável, diante da complexidade da ação penal, quantidade de réus denunciados e necessidade de diligências, expedição de precatórias, dentre outros motivos. Precedentes. (...) (RHC 46.858/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 10/06/2014)

Ademais, em consulta ao sistema Judwin nota-se que o feito em nenhum momento esteve parado, ao contrário, o que se extrai é que o processo tem tido regular e pronto andamento, inexistindo notícias de que esteja ocorrendo morosidade ou mesmo retardo na implementação dos atos processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional. Prova disso é que já há data para a realização da audiência de instrução em continuação, estando ela marcada para o dia 01.10.2014.

Dessa maneira, resta consignar que o feito vem se desenvolvendo dentro dos limites impostos pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e, apesar do paciente estar preso há algum tempo, não há mora injustificada ou desarrazoada, porquanto o juiz tem empreendido os esforços necessários ao melhor esclarecimento do caso em apreço, já tendo, inclusive, marcado a audiência onde provavelmente se encerrará o feito.

O mesmo entendimento é manifestado pela ilustre representante ministerial, conforme se percebe em trecho do parecer acostado aos autos (fls. 84/86):

“(...) Pelas informações prestadas pelo togado *a quo*, verifica-se que não existe anomalia no trâfegar processual, não se constatando desídia do juízo ou da acusação (...)”.

Por fim, convém transcrever trecho das informações da magistrada em que reafirma a necessidade de prisão preventiva do paciente, destacando o seguinte (fls. 70/73):

“Conforme consta dos autos, os réus possuem periculosidade social concreta, visto quem conforme depoimentos testemunhais até agora colhidos, os mesmos teriam matado a vítima MARIA CICERA DE GÓES DA SILVA, que estava grávida de cinco meses, em razão de a mesma ter delatado o tráfico de drogas supostamente praticado pela esposa do acusado JOSÉ CLEBIO. Como



96

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

se vê, há indícios suficientes de que o crime foi praticado para facilitar a ocultação do delito de tráfico de drogas, tendo a vítima sido morta de forma bastante violenta, com golpes de arma branca, conforme consta dos autos. A prisão dos acusados também se mostra necessária em virtude de haver registros nos autos de ameaça a testemunhas. De acordo com o depoimento em juízo da testemunha MARIA INÊS DE OLIVEIRA SANTOS (fls. 227/228), a mesma foi ameaçada no começo das investigações, pela tia do acusado ANSELMO (o paciente), que disse para a referida testemunha que “se ANSELMO fosse preso a mesma iria pagar”. Os depoimentos testemunhais até agora colhidos também atestam o grau de periculosidade social dos acusados, principalmente do paciente ANSELMO, que de forma indireta, através de sua tia, bem como diretamente, ameaçou a testemunha ANDERSON DE OLIVEIRA SANTOS, que presenciou os fatos. Vejamos trechos do depoimento, em juízo, da referida testemunha (fl. 230): “(...) QUE: viu o crime; que o depoente no dia dos fatos, percebeu que ANSELMO estava ligando para CLEBINHO, combinando alguma coisa; que ANSELMO então convidou o depoente para descer com ele para “ir ali”; que quando pararam em determinada esquina, o acusado CLEBINHO já vinha subindo e encontrou-se com o depoente e com o acusado ANSELMO; que CLEBINHO avisou a ANSELMO que a vítima FERNANDA já vinha subindo; que então em dado momento, ao avistarem FERNANDA, CLEBINHO disse para ANSELMO : “olha ela ali, olha a CABUETA ali!”; que e aí CLEBINHO e ANSELMO saíram correndo atrás da vítima MARIA CÍCERA (a FERNANDA); que ANSELMO estava armado com uma faca na cintura, mesmo antes de encontrar FERNANDA; que quando alcançaram a vítima FERNANDA (MARIA CÍCERA), CLEBINHO puxou a vítima e a segurou enquanto ANSELMO começou a furar a vítima FERNANDA várias vezes; que enquanto furavam a vítima não sabe se



97

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

os acusados falavam alguma coisa para ela porque o depoente não ficou muito perto; que o depoente foi pego de surpresa com o assassinato da vítima pois não sabia da intenção de JOSÉ CLÉBIO e do ANSELMO de matar a vítima; que depois de terem matado a vítima ANSELMO e JOSÉ CLÉBIO correram; **que um tempo depois, no bar de BIRIRI, chegou ANSELMO já de roupas trocadas e disse para o depoente que FICASSE CALADO e não dissesse nada porque senão mataria o depoente**; que JOSÉ CLÉBIO foi preso por tráfico de drogas, assim a mulher dele; que o depoente soube que JOSÉ CLÉBIO quando estava preso disse que quando se soltasse mataria a MARIA CÍCERA (conhecida como FERNANDA); que MARIA CÍCERA estava grávida e todos da comunidade sabiam que ela estava grávida; que FERNANDA era um pouco gorda e por isso não perceberia pela barriga, porém já sabiam que ela estava grávida; que conhece ANSELMO há muito tempo porque ele namorava com uma prima do depoente de nome MAGALI; que ANSELMO entrou nessa para vingar o amigo JOSÉ CLÉBIO; **que a tia de ANSELMO ainda ameaçou a mãe do depoente dizendo que mataria quem prejudicasse ANSELMO (...)**".

Em face de tudo o que foi exposto, e em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 14 de fev de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator